



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

DISTRITOS DE VILA REAL E BRAGANÇA

11 E 12 DE ABRIL DE 2016

CONCLUSÕES

Documento complementar sobre as visitas efetuadas

As Jornadas Parlamentares incluíram um conjunto significativo de visitas a diversas instituições de onde é possível extrair um vasto conjunto de preocupações que a seguir se enumeram:

Reunião com estruturas sindicais dos Distritos de Vila Real e Bragança

A sessão com Delegados e Dirigentes Sindicais de Vila Real e Bragança teve um conjunto de preocupações manifestadas pelos representantes dos trabalhadores, designadamente no que se refere ao impacto da política de direita levada a cabo nos últimos anos, especialmente nos últimos quatro, ao nível do empobrecimento, aumento da exploração, aumento do desemprego, com consequências mais gravosas no interior do país.

A realidade existente é marcada por cortes nos salários, pensões e reformas, resultando na perda do poder de compra e no aumento do empobrecimento. Agravou-se também a exploração e o desemprego, tendo sido manifestada preocupação com os desempregados de longa duração e os desempregados sem subsídio de desemprego nem proteção social.

Foram manifestadas preocupações com a perda de tecido produtivo, com o encerramento de empresas e agonia do comércio tradicional – este último muito devido à perda do poder de compra e à grande distribuição.

À semelhança do resto do país, mas de forma mais acentuada, também a precariedade é a realidade diária de milhares de trabalhadores destas regiões – são muitos os jovens precários, com instabilidade laboral e na sua vida e com menos direitos.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Foi também denunciado, neste encontro, o ataque aos serviços públicos, com encerramento de centenas de serviços públicos (500 em Vila Real), tendo sido ainda manifestada preocupação com a dificuldade no acesso, por parte da população, a esses mesmos serviços, bem como tendo sido identificada a falta de funcionários públicos para responder às necessidades.

As opções políticas de sucessivos governos e a falta de investimento na região conduziram a um aumento da migração (para o litoral do país) e da emigração, contribuindo para um maior despovoamento da região.

Foram feitas várias referências à necessidade da efetiva implementação das 35 horas na Administração Pública, bem como ser concretizado o descongelamento das carreiras e atualização dos salários em conformidade.

Embora considerando importante o aumento do SMN, este foi insuficiente, pelo que importa continuar a luta para o aumento do SMN.

Ainda no decorrer desta reunião foi manifestada a necessidade de defender a Escola Pública, bem como de agir ao nível do número de alunos por turma (nomeadamente a sua redução) e dos contratos de associação (garantido que os colégios privados não atuam em zonas onde as escolas públicas conseguem assegurar resposta), tendo ainda surgido a preocupação com a municipalização e com o menor número de crianças e jovens na região.

Foram denunciados os ataques aos direitos laborais no sector privado, em especial na grande distribuição, designadamente no que diz respeito à desregulação dos horários de trabalho, ao banco de horas, à adaptabilidade, a que se soma a não atualização salarial há 6 anos.

As estas denúncias acresceram as referências a ataques laborais, designadamente com ameaças e coação nos locais de trabalho, degradação das condições de trabalho, bem como muitas horas seguidas de jornada de trabalho (referência específica ao sector da Hotelaria), num profundo desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Foi manifestado o sentimento de descontentamento e injustiça face à atuação da ACT.

Desta reunião, é possível concluir que importa investir e defender o interior, com mecanismos de diferenciação, devendo o estado assumir as suas responsabilidades no que se refere aos serviços públicos.

Importa também valorizar a contratação coletiva, os salários e as reformas, combater a precariedade e garantir emprego com direitos em todos os sectores.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Intervieram, nesta reunião, representantes do CESP, STAL, STFPSN, SPN, STRN, STAL e União de Sindicatos de Vila Real.

Agrupamento de escolas de Mirandela

O Agrupamento de Escolas de Mirandela agrega 21 escolas, de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao secundário, num total de 2.400 alunos, distribuídos por turmas do ensino regular, de todas as áreas, 9 turmas do ensino profissional e 3 turmas do ensino vocacional, na sua globalidade, subdimensionadas, no que toca ao número de alunos por turma. Conta com 300 professores, um psicólogo, - manifestamente insuficiente para as necessidades, atendendo a que também há uma unidade de multideficiência e um total de mais de 130 alunos com NEE's. A escola já solicitou mais um psicólogo, mas o pedido foi rejeitado pelo governo. Existe ainda, neste agrupamento, um terapeuta da fala e um ocupacional, um enfermeiro, e cerca de 100 assistentes operacionais - sendo que 20 são CEI's -, e que é absolutamente necessária a contratação de mais 30 assistentes operacionais.

A Escola Secundária de Mirandela, criada em 1976, nunca beneficiou de nenhuma intervenção, ao longo dos seus 40 anos de existência, pelo que apresenta graves problemas estruturais, como coberturas inadequadas para o clima de região, caixilharia, tubagem de aquecimento, eletricidade e rede informática, bem como de mobiliário e equipamentos de laboratório.

Durante o Governo PS de José Sócrates, foi prometida uma intervenção pela Parque Escolar, que nunca chegou a acontecer. No anterior governo do PSD/CDS a situação não sofreu nenhuma alteração, dado que este Governo não só não realizou obras como não extinguiu a Parque Escolar.

Na atual legislatura a escola foi já visitada por técnicos da Parque Escolar no sentido de dar início a obras de requalificação, mas, dadas as verbas disponibilizadas - 3,2 milhões de euros - não será nunca uma obra de fundo, limitando-se, apenas, a coberturas, caixilharias e tubagens, não dando resposta a problemas estruturais.

De salientar que, ao nível da rede escolar, este Agrupamento de Escolas recebe alunos de todo o concelho e até de concelhos vizinhos, levando a que os alunos percorram uma distância média diária de 30 Km.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Ao nível da Ação Social Escolar, o Agrupamento apresenta 602 alunos que beneficiam dos escalões A e B. Apesar deste elevado número de alunos a necessitar de Apoio Social Escolar, a escola disponibiliza, ainda, suplementos alimentares para vários alunos.

O encerramento de escolas e a criação de mega-agrupamentos, para além de ter contribuído para o aumento do número de alunos por turma e para a diminuição do número de trabalhadores docentes e não docentes, distanciou as crianças e os jovens das escolas que frequentam, aumentou o tempo das viagens casa-escola-casa, alterou as rotinas dos estudantes e famílias, originando mais cansaço, que se pode refletir no desempenho escolar, degradou as condições de vida destas populações acentuando a desertificação e o despovoamento.

Aos problemas estruturais identificados acresce, no ensino básico e secundário, que a competitividade entre escolas para garantir mais alunos, um quadro docente envelhecido, a exigência de utilização das novas tecnologias, o incumprimento sistemático das disposições legais sobre componente letiva e não letiva, aumentam os níveis de desgaste na profissão de professor e interferem no desempenho dos alunos. Em todo o país e em especial no interior, a falta de funcionários, de técnicos e de professores é uma realidade sentida, tal como o envelhecimento, a precariedade e desrespeito pelos direitos laborais desses profissionais.

Estação Ferroviária do Cachão

Estas Jornadas Parlamentares incluíram a visita à estação ferroviária do Cachão na Linha do Tua. As linhas do Corgo, Douro, Sabor, Tâmega e Tua são bem o retrato das políticas de abandono e desmantelamento que esta região sofreu durante décadas. O processo de encerramento e desativação da ferrovia, ele próprio concretizado ao longo de dezenas de anos, teve há poucos dias mais uma etapa na Linha do Tua. O acordo anunciado há meses pela EDP para a concretização do designado “Plano de Mobilidade do Tua” traduziu-se afinal na exploração do sistema de transporte (por barco, comboio e funicular) atribuída ao grupo “Douro Azul”, depois de um concurso público deserto e num quadro de absoluta indefinição sobre o serviço às populações. No âmbito do transporte de mercadorias, a questão da inexistência do transporte de minério por via ferroviária, designadamente da Mina de Ferro de Moncorvo, tem sido colocada como um obstáculo ao desenvolvimento da indústria extrativa na região.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Devem ser restituídas à região as acessibilidades ferroviárias que foram retiradas com o encerramento das linhas do Corgo, Tâmega e Tua – neste caso, com a consideração de novo traçado que preveja a ligação ferroviária no eixo Douro / Bragança / Norte. Devem ser estudadas e preparadas também ligações que potenciem os eixos Douro / Salamanca e Douro / Beira Alta, permitindo a modernização da rede ferroviária e a acessibilidade da região, suas populações e aparelho produtivo. É esse o sentido que tem de ser dado ao Plano Ferroviário Nacional, cuja elaboração a AR aprovou recentemente. Mas desde logo o transporte de passageiros tem de ser visto como verdadeiro serviço público, numa lógica de coesão nacional e não de desresponsabilização do Estado.

Ligações aéreas

Mesmo nas ligações aéreas da região, depois de anos de interrupção imposta pelo anterior governo PSD/CDS-PP, o serviço agora disponível (Bragança/Vila Real/Viseu/Cascais/Portimão) suscita legítimas críticas face à desadequação dos horários e às limitações que colocam a quem pretende deslocar-se à região. Aquilo que se impõe é a defesa de um serviço público de transporte aéreo com ligação à região que seja assumido com estabilidade, sendo que a atribuição deste serviço a um consórcio privado coloca a legítima dúvida sobre a durabilidade de tal serviço.

Rede viária

Já em matéria de investimento na rede viária, permanecem as carências identificadas há anos e sucessivamente adiadas sem solução à vista, designadamente para a concretização de vias estruturantes como a conclusão do IC26 entre Amarante-Mesão Frio e o Peso da Régua, bem como a conclusão do IC5 entre o Alto do Pópulo e Vila Pouca de Aguiar, acompanhado do prolongamento desta via entre Miranda do Douro e a A24, em Chaves, através de Vimioso, Bragança e Vinhais.

Agricultura

A Agricultura Familiar tem grande importância em Trás-os-Montes. Os pequenos agricultores são vítimas dos custos dos fatores de produção e dos baixos preços



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

pagos à produção. Pela sua importância para a ocupação do território e para a produção nacional precisam de regimes de apoio adequados às suas características. O Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a propor um conjunto de medidas que implementadas, tendem para a criação de um Estatuto específico para a Agricultura Familiar. Ainda não foi possível na Assembleia da República conjugar as vontades necessárias para a sua aprovação, mas existem, após a derrota do Governo do PSD e do CDS, as condições para quebrar o rumo de concentração dos apoios nos grandes agricultores e no agronegócio em detrimento da pequena agricultura e da agricultura familiar e tomar as medidas necessárias a um aumento efetivo dos preços pagos à produção.

Viticultura e Casa do Douro

Na iniciativa com viticultores e associações sobre problemas da viticultura e da Casa do Douro na Régua onde participaram cerca de 50 pessoas a título individual e em representação de instituições. Houve sete intervenções de seis intervenientes diferentes, que valorizaram a intervenção do PCP sobre os problemas e manifestaram, em larga medida, identificação com a proposta do PCP relativamente ao futuro da representação da produção de vinho na região que deve estar a cargo de uma entidade de natureza pública e de inscrição obrigatória.

Os intervenientes têm consciência de que para reverter o processo e destruição da Casa do Douro e de alteração da representação da produção é necessária a convergência de posições entre partidos que estiveram contra o processo mas que têm visões não inteiramente coincidentes para uma entidade que represente toda a produção.

Outro problema referenciado tem a ver com os trabalhadores da Casa do Douro que, para além de salários em atraso, estão neste momento numa situação de total indefinição quanto ao seu futuro, uma vez que deixaram de ser feitos descontos para a segurança social.

Não deixaram de ser colocadas outras preocupações que afetam a agricultura em geral que se prendem com o baixo rendimento da atividade esmagada pelos custos de produção e pelos baixos preços pagos.

Aldeia e baldio de Tourencinho



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Visitámos a aldeia de Tourencinho, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, que a par de outros conselhos diretivos de baldios, apresenta uma experiência muito positiva de investimento na qualificação da aldeia a partir dos rendimentos do baldio. O conselho diretivo do baldio tem utilizado as receitas da atividade do baldio, para fazer obras de qualificação da aldeia, como apoio à construção de centro comunitário e lar, construção e manutenção de capelas, arranjo de fontanários e caminhos rurais, pavimentação de arruamentos da aldeia, construção de administração de um cemitério comunitário.

Os exemplos de gestão de baldios através da utilização das suas receitas em benefício das suas comunidades, são fundamentais para criar condições, quer para fixação de populações, quer de qualidade de vida dos seus habitantes.

Os compartes reconhecem a intervenção do PCP em defesa dos baldios e a necessidade de uma legislação que não permita que os baldios sejam novamente retirados aos povos como aconteceu durante a ditadura.

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Na reunião com a UTAD foi possível confirmar a importância estratégica desta instituição para a região e para o desenvolvimento regional. Ao longo dos anos, a UTAD tem tido preocupações com a coesão territorial e o envolvimento do território e respetivas entidades, cujos impactos têm sido significativos, nomeadamente ao nível da formação de inúmeros profissionais ou da investigação.

Foi também possível constatar que o subfinanciamento crónico que afeta as instituições públicas de ensino superior atinge igualmente a UTAD – à semelhança de outras instituições, os valores transferidos em OE não chegam para pagar os salários dos profissionais. Dos cerca de 50 milhões de euros de orçamento da instituição, a valores de 2015, o valor transferido do OE é inferior a 29 milhões de euros, sendo que as despesas com pessoal ascendem a 34 milhões de euros. Acrescem preocupações com o congelamento das carreiras dos docentes e não docentes e com a redução demográfica, cujos impactos nesta região são muito significativos e podem conduzir à redução do número de estudantes, o que coloca alguma incerteza quanto ao futuro.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Há preocupações com a média de idade dos docentes (50 anos) e com as limitações à contratação existentes – as normas do OE são insuficientes para as necessidades desta instituição, considerando as escassas verbas existentes.

Na Ciência tem sido feito um percurso de afirmação da investigação científica na instituição. No entanto, a última avaliação da FCT só veio acrescentar dificuldades às existentes, resultando no encerramento do Centro de Investigação de Genética e o Centro de Investigação de Letras está em vias de seguir o mesmo caminho, considerando a perda do financiamento. O Centro de Investigação de Química interpôs recurso à classificação atribuída, tendo sido reclassificado com um Muito BOM, mas o tempo entretanto perdido teve consequências negativas nesta unidade de investigação. Do pessoal dedicado à investigação na UTAD há 3 investigadores a tempo inteiro e também aqui se confirma a precariedade, com a existência de bolseiros científicos e a carência de técnicos de apoio à investigação científica.

Foram manifestadas preocupações com a Acção Social Escolar, sendo reconhecida a sua escassez face às necessidades existentes.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, o reforço dos meios alocados à UTAD é fundamental para que esta prossiga a sua missão, e para que prossiga, a par de outros, como um elemento estratégico para o combate às assimetrias regionais e possa ainda contribuir, por via do investimento ao nível da ciência, na garantia de um ensino de qualidade e de uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso escolar dos estudantes, em particular através do reforço da Acção Social Escolar.

Instituto Politécnico de Bragança

O Instituto Politécnico de Bragança, tal como outras instituições do ensino superior, debate-se com problemas de financiamento, que tem conseguido gerir, por um lado, com o esforço da manutenção do número de alunos, nomeadamente de TESP e de alunos estrangeiros (principalmente dos PALOP's) e, por outro lado, pelas propinas (as mais baixas a nível nacional), pelos cursos descentrados em toda a região e, por último, pelo nível de financiamento dos projetos e pelos serviços prestados a empresas e autarquias.

No que diz respeito ao financiamento dos Centros de Investigação, o IPB considera ter sido discriminado, relativamente às universidades, nos processos de avaliação da



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

FCT, onde nenhum centro de investigação dos politécnicos foi avaliado positivamente, independentemente da sua qualidade, o que constitui mais um fator de desigualdade. Quanto ao Regime Transitório de Prorrogação do Prazo para Terminar o Doutoramento, o IPB não pôde evitar o despedimento de 26 docentes que não acabaram o doutoramento, tendo, no entanto, recuperado alguns destes docentes, através de contratos a tempo parcial.

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro

Relativamente ao Centro Hospitalar, foi traçado um diagnóstico muito preocupante: listas de espera nalgumas especialidades de mais de 4 anos; défice financeiro; equipamentos obsoletos; sangria de profissionais, com enormes dificuldades em fixá-los, sobretudo médicos, profissionais muito desmotivados.

As áreas de especialidade médica mais carenciadas são: anestesia; urologia, oftalmologia e ortopedia. De forma a ultrapassar tempos de espera tão longos estão a fazer protocolos com os hospitais do Porto, estando já assegurado que os médicos urologistas do Hospital de Vila Nova de Gaia vão realizar consultas de urologia. Estão ainda a recorrer à contratação de médicos aposentados. Sobre esta medida reconhecem que no imediato vai solucionar o problema, mas não o elimina, uma vez que não renova o pessoal médico nem integra novos profissionais.

Outro aspeto que mereceu preocupação tem a ver com a medida governamental para combater as listas de espera - a livre escolha. Esta medida impõe que no período de 3 meses os hospitais tentem eliminar as listas de espera, findo o qual os utentes serão encaminhados para hospitais que consigam dar resposta. Esta referenciação pode induzir uma ainda maior dificuldade para os hospitais do interior.

O Hospital da Régua tem presentemente 12 camas, tendo sido classificado como hospital de internamento básico que, no fundamental, serve como retaguarda para os doentes que não conseguem resposta nos lares e na rede de cuidados continuados. A resposta prestada é na área dos cuidados continuados e paliativos, embora não estejam a ser financiados como tal. Foi dada a informação da eliminação do surto de legionella. O Hospital tem instalações degradadas e vai ser objeto de obras de requalificação e conversão para uma resposta na área dos cuidados continuados e paliativos (25 camas para os cuidados continuados e 5 camas para os cuidados paliativos). Impõe-se de facto a sua recuperação e abertura para servir a população,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

bem como o financiamento adequado à garantia de resposta na área dos cuidados continuados e paliativos.

Do Hospital de Vila Real destaca-se a necessidade de medidas relativas ao Centro de Oncologia. Quando foi criado (2008) visava dar resposta aos doentes dos distritos de Vila Real e Bragança, tendo sido prevista a colocação de 2 aceleradores lineares. Porém, em 2015 com a nova rede de referenciação, os doentes do distrito de Bragança passaram a ser referenciados para o IPO do Porto. Esta situação está a obstaculizar a colocação dos dois aceleradores lineares e no limite, se não for atingida a casuística e quando o atual acelerador terminar o seu prazo de vida e não for possível a sua substituição, pode pôr em causa a permanência desta resposta pública. Impõe-se criar condições para que esta unidade se mantenha e se reforce pois é indispensável para a prestação de cuidados aos doentes sem que tenham o desgaste acrescido de longas deslocações e tempos de espera.

No Hospital de Chaves, impõem-se a reabilitação e abertura prevista de duas alas do hospital que foram encerradas (28 camas que estavam afetas ao serviço de cirurgia e 24 camas dos quartos particulares). Tal como as obras de reabilitação do bloco operatório que dá apoio à urgência. É também da maior importância a substituição dos dois raio-x inoperacionais, a alocação a este Hospital de consultas externas de várias especialidades (oftalmologia e cirurgia de ambulatório), bem como outras valências necessárias à população.

A resolução dos problemas com que as populações desta região estão confrontadas passa, para além da contratação e fixação dos profissionais, pelo reforço da resposta pública e do Serviço Nacional de Saúde, pela reabertura de serviços e valências encerradas (de que a unidade de cuidados continuados de Macedo de Cavaleiros é apenas um exemplo), pela requalificação e reabertura do Hospital da Régua enquanto resposta pública ao nível dos cuidados continuados e paliativos, pela manutenção do helicóptero do INEM e pela reposição mais ampla do apoio ao transporte de doentes não urgentes.

Mapa judiciário

O mapa judiciário imposto pelo Governo PSD/CDS, para além de concentrar as principais valências judiciais nas capitais de distrito, traduziu-se no distrito de Bragança, na desgradação dos tribunais de Miranda do Douro, Alfândega da Fé,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Carrazeda de Ansiães, Vimioso e Vinhais em meras extensões judiciais, e em Vila Real traduziu-se na extinção dos tribunais de Sabrosa, Murça, Boticas e Mesão Frio, e na transformação em extensão judicial do tribunal de Mondim de Basto. Este mapa judiciário, que contou sempre com a firme oposição do PCP, veio afastar ainda mais os cidadãos do acesso à Justiça, deixando vastas áreas do território amputadas da aplicação da Justiça, acrescentando custos de deslocação aos cidadãos, afastando-os dos tribunais e da resolução dos litígios da comunidade na própria comunidade. Registamos, igualmente, o grave problema que existe de falta de funcionários judiciais e de magistrados do Ministério Público que se vive de forma acentuada nos tribunais de Bragança.

O PCP reafirma o objetivo, que sempre propôs, de que não haja concelho do país onde não exista um tribunal de competência genérica em matéria cível e criminal, e continuará a lutar pela concretização desse objetivo na presente legislatura.

Unidade Local de Saúde do Nordeste/ Hospital de Macedo de Cavaleiros

No que aos profissionais diz respeito há carências de médicos, enfermeiros e assistentes operacionais. No presente existem 1819 trabalhadores assim distribuídos: 298 médicos; 593 enfermeiros; 25 técnicos superiores de saúde; 127 técnicos de diagnóstico e terapêutica; 423 assistentes operacionais; 275 assistentes técnicos; 14 profissionais de outras categorias de funcionários. A ULSN recorre à contratação de empresas de trabalho temporário para assegurar as urgências e possui contratos de prestação de serviços com especialistas em que há carência (ex. cardiologia, ginecologia/obstetrícia). No que concerne ao tipo de contratos, 35 a 40% são CIT (com maior incidência nos enfermeiros e assistentes operacionais). Recorrem aos Contratos Emprego e Inserção para suprir necessidades de assistentes operacionais. Afirmaram que têm conseguido transformar estes contratos em contratos individuais de trabalho. As áreas de especialidade médica mais carenciadas são: ginecologia/obstetrícia; urologia, cardiologia, radiologia, anestesia e medicina interna. No ano passado foram abertos vários concursos que ficaram, na sua esmagadora maioria, desertos.

Os três hospitais que integram a Unidade Local de Saúde do Nordeste estão organizados por especialidades. Esta forma de organização obriga os doentes a mais deslocações e tendo em conta as dificuldades de acessibilidades, a escassez de



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

transportes públicos e as restrições nos transportes não urgentes aumentando os custos.

O governo PSD/CDS decidiu encerrar a unidade de convalescença existente no Hospital de Macedo de Cavaleiros. Esta decisão foi bastante contestada pelas populações, e, em contrapartida o governo abriu a unidade de cuidados paliativos, a qual implicou a redução do número de camas. Na reunião, o conselho de administração assumiu que a unidade de convalescença era útil para a região, pelo que devia “ser trabalhada”.

No que respeita aos cuidados de saúde primários, existem 14 centros de saúde existindo mais de 90% dos utentes com médico de família atribuído.

A ULSN internalizou os meios complementares de diagnóstico (análises clínicas nos 3 hospitais), só recorrem aos convencionados nos cuidados de saúde primários que estão situados em concelhos distantes dos 3 hospitais. Foi externalizado o serviço da TAC dos três hospitais. A ULSN dispõe de 16 cadeirões para hemodiálise, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades e, por conseguinte recorrem a convenções com os privados para prestar este cuidado. Impõe-se o reforço desta resposta.

Sobre os transportes não urgentes de doentes reconheceram que as alterações introduzidas pelo anterior governo impediram o acesso dos doentes a tratamentos, tendo dado o exemplo concreto da medicina física e de reabilitação. Impõe-se a alteração desta situação de forma a permitir o acesso à saúde.

No que concerne ao helicóptero colocado em Macedo de Cavaleiros, o conselho de administração da ULSN foi unanime em reconhecer a sua importância e imprescindibilidade de o mesmo permanecer naquele concelho.